

EDITAL 50/2025**MODELO DA CHAVE DE CORREÇÃO - PROVA ESCRITA**

ÁREA: 27 - Direito _____

ITENS DA QUESTÃO	POSSIVEL RESPOSTA QUANTO AO CONTEÚDO
<p>QUESTÃO 01: Direito Civil (Parte Geral + Obrigações) (VALOR DA QUESTÃO – 2,5 pontos)</p> <p>Caso prático:</p> <p>Em diversos setores da economia digital e tradicional, têm se multiplicado situações de inadimplemento contratual em massa, nas quais empresas deixam de cumprir obrigações assumidas, gerando prejuízos coletivos a consumidores e usuários, especialmente em contextos de assimetria informacional e vulnerabilidade econômica.</p> <p>Além disso, decisões judiciais recentes têm reconhecido não apenas o descumprimento formal da prestação, mas também a violação de deveres laterais de conduta, como lealdade, informação e cooperação.</p> <p>Como professor(a), explique aos seus alunos:</p> <p>a) o conceito contemporâneo de obrigação e sua estrutura (sujeitos, objeto e vínculo jurídico); (0,5 pontos)</p>	<p>O candidato deve apresentar texto dissertativo, com viés descriptivo-argumentativo, demonstrando domínio da teoria geral das obrigações no direito civil contemporâneo e capacidade de exposição didática compatível com o exercício do magistério superior.</p> <p>A resposta deve apresentar posicionamento claro, coerente e objetivo em relação ao caso proposto, explicando os institutos jurídicos de forma sistematizada e articulada com a realidade das relações contratuais contemporâneas.</p> <p>Deverá:</p> <p>a) Quanto ao conceito contemporâneo de obrigação e sua estrutura (0,5 pontos)</p> <ul style="list-style-type: none">• Explicar a obrigação como relação jurídica de cooperação entre credor e devedor;• Identificar seus elementos estruturais (sujeitos, objeto/prestação e vínculo jurídico);• Evidenciar a superação da concepção exclusivamente patrimonialista, com referência à função social das relações obrigacionais. <p>b) Quanto à diferença entre inadimplemento absoluto e violação de deveres anexos (1,0 ponto)</p> <ul style="list-style-type: none">• Conceituar inadimplemento absoluto, destacando a impossibilidade

<p>b) a diferença entre inadimplemento absoluto e violação de deveres anexos; (1,0 ponto)</p> <p>c) o papel da boa-fé objetiva como fundamento da responsabilidade obrigacional no direito brasileiro atual. (1,0 ponto)</p>	<p>definitiva da prestação ou a perda do interesse do credor;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Explicar a existência de deveres laterais ou anexos de conduta (informação, lealdade, proteção e cooperação); • Demonstrar que a responsabilidade pode decorrer da violação desses deveres, ainda que haja cumprimento formal da prestação principal. <p>c) Quanto ao papel da boa-fé objetiva como fundamento da responsabilidade obrigacional (1,0 ponto)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a boa-fé objetiva como cláusula geral do direito civil brasileiro; • Indicar suas funções interpretativa, integrativa e limitadora do exercício de direitos; • Relacionar a boa-fé objetiva à criação de deveres anexos e à ampliação do conceito contemporâneo de inadimplemento e responsabilidade contratual. <p>Além disso, o candidato deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articular conceitos doutrinários relevantes e fundamentos normativos do Código Civil; • Demonstrar capacidade de relacionar teoria e prática nas relações contratuais contemporâneas; • Utilizar linguagem jurídica adequada, com precisão terminológica, coerência e organização lógica do raciocínio; • Apresentar maturidade acadêmica, capacidade crítica e clareza didática na exposição.
<p>QUESTÃO 02: Processo Civil (Teoria Geral + Processo de Conhecimento) (VALOR DA QUESTÃO – 2,5 pontos)</p> <p>Caso prático:</p> <p>O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça têm anulado decisões judiciais por ausência</p>	<p>O candidato deve apresentar texto dissertativo, com viés descritivo-argumentativo, demonstrando domínio da teoria constitucional do processo e do modelo cooperativo estabelecido pelo CPC/2015, com capacidade de exposição didática compatível com o exercício do magistério superior em Direito.</p> <p>A resposta deve apresentar posicionamento claro, coerente e objetivamente fundamentado, explicando os institutos jurídicos solicitados de forma</p>

<p>de fundamentação adequada, especialmente quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o juiz apenas cita precedentes sem explicar sua aplicação; • deixa de enfrentar argumentos relevantes das partes. 	<p>sistematizada e articulada com o problema prático apresentado, especialmente quanto à legitimidade das decisões judiciais e à rationalidade do sistema de precedentes.</p> <p>Deverá:</p>
<p>Como você explicaria em sala de aula:</p> <p>a) o que significa contraditório substancial; (0,5 pontos)</p> <p>b) porque a fundamentação é requisito de legitimidade democrática da decisão; (1,00 ponto)</p> <p>c) qual a relação entre fundamentação, precedentes e segurança jurídica no CPC/2015. (1,0 ponto)</p>	<p>a) Quanto ao significado de contraditório substancial (0,5 pontos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Explicar o contraditório como garantia de participação efetiva das partes no processo; • Evidenciar o direito de influência na formação da decisão judicial; • Indicar a vedação à decisão surpresa, nos termos dos arts. 9º e 10 do CPC; • Relacionar o contraditório substancial ao modelo cooperativo de processo.
	<p>b) Quanto à fundamentação como requisito de legitimidade democrática da decisão (1,0 ponto)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a fundamentação das decisões como exigência constitucional (art. 93, IX, da CF); • Relacionar a motivação adequada ao controle democrático da jurisdição e à transparência da atuação judicial; • Indicar os parâmetros do art. 489, §1º, do CPC quanto à fundamentação analítica; • Demonstrar a superação de decisões baseadas em argumentos genéricos ou meramente aparentes. <p>c) Quanto à relação entre fundamentação, precedentes e segurança jurídica no CPC/2015 (1,0 ponto)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar a inserção do sistema de precedentes obrigatórios no CPC/2015 (arts. 926 e 927); • Indicar a necessidade de demonstrar a aplicabilidade do precedente ao caso concreto; • Mencionar as técnicas de distinção (distinguishing) e superação (overruling); • Relacionar coerência, integridade e estabilidade da jurisprudência à promoção da segurança jurídica e da previsibilidade das decisões.
<p>QUESTÃO 03: Direito Digital (Marco Civil + LGPD) (VALOR DA QUESTÃO – 2,5 pontos)</p> <p>Caso prático:</p> <p>Recentemente, redes sociais e plataformas de inteligência artificial passaram a utilizar dados de usuários para treinar algoritmos, gerar perfis comportamentais e direcionar publicidade, muitas vezes sem informação clara ao titular dos dados.</p> <p>Além disso, casos de vazamento de dados de milhões de brasileiros tornaram-se recorrentes.</p> <p>Como professor(a), explique:</p> <p>a) quais são os princípios centrais da proteção de dados no Brasil; (0,5 pontos)</p> <p>b) os limites jurídicos do consentimento; (1,0 ponto)</p> <p>c) a responsabilidade civil e administrativa das empresas em casos de uso indevido de dados pessoais. (1,0 ponto)</p>	<p>O candidato deve apresentar texto dissertativo, com viés descriptivo-argumentativo, demonstrando domínio dos fundamentos jurídicos da proteção de dados pessoais no ordenamento brasileiro e capacidade de exposição didática compatível com o exercício do magistério superior em Direito.</p> <p>A resposta deve apresentar posicionamento claro, coerente e tecnicamente fundamentado, explicando os institutos jurídicos de forma sistematizada e articulada com o contexto contemporâneo de uso massivo de dados por plataformas digitais e sistemas de inteligência artificial.</p> <p>Deverá:</p> <p>a) Quanto aos princípios centrais da proteção de dados no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os princípios estruturantes previstos na LGPD, tais como finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança, prevenção e responsabilização (accountability); • Relacionar esses princípios à proteção da privacidade, da autodeterminação informativa e dos direitos da personalidade; • Demonstrar a centralidade do tratamento legítimo e proporcional de dados pessoais no ambiente digital.

	<p>b) Quanto aos limites jurídicos do consentimento</p> <ul style="list-style-type: none">• Explicar que o consentimento deve ser livre, informado, inequívoco e específico;• Indicar que o consentimento não é a única base legal para o tratamento de dados;• Evidenciar a insuficiência de autorizações genéricas ou obtidas em contextos de assimetria informacional;• Relacionar a proteção do titular de dados à ideia de vulnerabilidade informacional e necessidade de transparéncia.
	<p>c) Quanto à responsabilidade civil e administrativa das empresas pelo uso indevido de dados pessoais</p> <ul style="list-style-type: none">• Apontar o dever de segurança e de governança no tratamento de dados;• Indicar a possibilidade de responsabilização por danos materiais e morais decorrentes de tratamento irregular;• Mencionar a atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a aplicação de sanções administrativas;• Relacionar a responsabilidade ao risco da atividade e à proteção efetiva dos direitos fundamentais digitais.
	<p>Além disso, o candidato deverá:</p> <ul style="list-style-type: none">• Articular fundamentos constitucionais (privacidade, dignidade, liberdade informacional) com a legislação infraconstitucional (Marco Civil da Internet e LGPD);• Demonstrar compreensão das implicações jurídicas do uso de dados por plataformas digitais e tecnologias algorítmicas;• Utilizar linguagem jurídica adequada, com precisão terminológica,

	<ul style="list-style-type: none"> coerência e organização lógica do raciocínio; Evidenciar maturidade acadêmica, capacidade crítica e clareza didático-expositiva compatíveis com o magistério superior.
QUESTÃO 04: Criança e Adolescente + Previdenciário (VALOR DA QUESTÃO – 2,5 pontos) Caso prático: (inspirado em fatos amplamente divulgados na mídia) Um influenciador digital expôs publicamente uma criança em situação de vulnerabilidade extrema, com exploração da imagem, humilhação e monetização do sofrimento alheio, gerando ampla comoção social e debates sobre limites da liberdade de expressão e proteção da infância. Ao mesmo tempo, dados oficiais indicam aumento de trabalho infantil e de adoecimento precoce em atividades informais.	<p>O candidato deve apresentar texto dissertativo, com viés descriptivo-argumentativo, demonstrando domínio do paradigma da proteção integral da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro e capacidade de exposição didática compatível com o exercício do magistério superior em Direito.</p> <p>A resposta deve apresentar posicionamento claro, coerente e tecnicamente fundamentado, explicando os institutos jurídicos de forma sistematizada e articulada com o caso proposto, especialmente quanto aos limites da liberdade de expressão diante da proteção da infância e ao papel das políticas públicas no sistema de proteção social.</p> <p>Deverá:</p> <p>a) Quanto aos princípios do ECA aplicáveis à proteção integral da criança</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar o princípio da proteção integral como eixo estruturante do sistema jurídico da infância; Indicar a prioridade absoluta na formulação e execução de políticas públicas; Mencionar o melhor interesse da criança e do adolescente como critério interpretativo; Reconhecer a criança e o adolescente como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e sujeitos de direitos. <p>b) Quanto aos limites legais da exposição de menores na internet</p> <ul style="list-style-type: none"> Relacionar a proteção da imagem, honra, dignidade e privacidade de

	<p>crianças e adolescentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicar a vedação de exploração, exposição vexatória ou instrumentalização econômica da imagem; • Apontar a possibilidade de responsabilização civil e, conforme o caso, administrativa ou penal; • Discutir o tensionamento entre liberdade de expressão e proteção integral da infância.
	<p>c) Quanto à relação entre proteção da infância, políticas públicas e sistema de seguridade social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundamentar no art. 227 da Constituição Federal a corresponsabilidade da família, sociedade e Estado; • Relacionar a proteção da infância às políticas de assistência social, saúde e previdência no âmbito da seguridade social; • Indicar a necessidade de políticas públicas de prevenção, enfrentamento do trabalho infantil e redução de vulnerabilidades; • Evidenciar o caráter intersetorial da rede de proteção e promoção de direitos.

Orientação quanto ao referencial teórico e normativo adotado na correção

Para fins de avaliação das respostas discursivas, a banca considerará como referencial teórico e normativo prioritário o conjunto de conteúdos, autores, diplomas legais e temas expressamente previstos no edital do certame, especialmente aqueles constantes no conteúdo programático da área de Direito.

Nesse sentido:

- As respostas deverão demonstrar domínio conceitual compatível com a bibliografia e os eixos temáticos indicados no edital;
- Serão valorizadas referências doutrinárias, normativas e jurisprudenciais que dialoguem diretamente com o conteúdo

programático estabelecido;

- Poderão ser consideradas outras referências teóricas pertinentes, desde que compatíveis com a abordagem contemporânea da área e coerentes com o problema proposto;
- A correção observará o princípio da **vinculação ao edital**, de modo que a avaliação priorizará conteúdos que integrem o programa oficial da área.

A banca deverá verificar:

- a aderência da resposta aos fundamentos teóricos previstos no edital;
- a correção conceitual conforme a dogmática jurídica consolidada;
- a capacidade do candidato de mobilizar o referencial indicado para análise do caso proposto.